



ATA Nº006/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COMTRAN. Aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às dezenove horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos os conselheiros: Antônio Gabriel Castanheira (Sec. Segurança), Juliano Pigozzi Reis (Polícia Militar); Karine F. Winter (FUMTRAN); Eraldo Carvalho Junior (OAB), Jorge Bertoldo (ROTARY), Gelson Argenta (LIONS), Rodrigo Bessani (ACIBALC) e Valdir de Andrade (CONSEG). Como participantes estiveram Flávio Jacques do Nascimento (Sec. Segurança), e Marcelo José Araújo. Sr. Flávio Jacques inicia a reunião lendo a pauta: 1- Fiscalização do trânsito de veículos sobre o passeio público pelo viés do Código de Posturas do Município. A conselheira Karine solicita a palavra para expor um áudio respectivo a uma entrevista na rádio, de um ouvinte que expressa preocupação com as questões de fiscalização em relação aos autopropelidos. Sobre a pauta, Flávio Jacques explica que foram levantadas 3 hipóteses para tratar dos meios de fiscalização de veículos que transitam sobre o passeio. A primeira hipótese refere-se ao Código de Trânsito Brasileiro. A segunda, por meio do Art. 34 da Lei de Contravenções Penais. A terceira hipótese seria utilizar do Código de Posturas do Município. O convidado Dr. Marcelo explica que a Lei de Contravenções Penais é muito subjetiva visto por uma ótica de jurisprudência e que a expressão veículo é entendida de forma generalizada como meio de locomoção seja qual for e não, necessariamente, veículos classificados no Código de Trânsito. Na questão penal, a expressão de autopropelido tem o mesmo significado que auto motor. Existem hoje meios de deslocamento que não são classificados porque não se enquadram dentro do Código de Trânsito, veículos novos que antes não existiam. Após breve debate, Sr. Flávio Jacques faz a leitura de alguns artigos do Código de Normas e Instalações Municipais, da Lei nº 300/1974, e aponta alguns questionamentos. Inicia com o “- Art. 5º A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa. - Art. 7º “Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura, quando a isto não se prestar a coisa, ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais. - Parágrafo Único: A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e indenizada a Prefeitura, das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito. - Art. 9º Não são diretamente puníveis das penas definidas em Lei: I - os incapazes na forma da Lei; II - os que forem coagidos a cometer a infração. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá: I - sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor; II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o alienado; e III - sobre aquele que der causa à contravenção forçada. - Art.25 § 4º - Os autos de constatação de infração relativos a infrações que não forem de ordem técnica, como falta de licença ou prorrogação de licença, desobediência de horários estabelecidos, falta de colocação de tabuletas nas obras, poderão ser lavrados não só pelos funcionários indicados no parágrafo 2º deste artigo, mas também pelos funcionários que estão autorizados pela legislação em vigor a lavrar autos de flagrante.” Em relação a quem tem competência para realizar a fiscalização, Sr. Flávio faz a leitura do Estatuto dos Guardas Municipais, Lei nº 3029/2009: “- Art 4º anexo C: Art. 4º São competências específicas da Guarda Municipal de Balneário Camboriú, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal”. Após, expõe um modelo como exemplo, para auto de constatação de infração do código de posturas de Balneário Camboriú. Ainda sugere elaborar uma ficha com numeração do auto, com



identificação do infrator, identificação do documento, naturalidade, filiação, endereço, entre outros, seguindo solicitações do Código de Posturas. Sr. Flávio Jacques explica que, quando a multa não está prevista no Código de Posturas, ela deve ser regulamentada por Decreto. O Presidente do Conselho Gabriel Castanheira chega para a reunião e atualiza o conselho em relação ao questionamento jurídico sobre a fiscalização das bicicletas na cidade. Ele explica que esta ação tem amparo jurídico inclusive no Código Penal. O presidente revela que a ação de apreensão de bicicletas está sendo realizada com o intuito de prevenção de crimes, e que, 80% das apreensões são de menores de idade, moradores do município vizinho Camboriú, do Bairro Monte Alegre. Sr. Flávio Jacques informa que o Código de Trânsito não atende em cem por cento da necessidade da causa, pois legalmente fica impedido de fazer o procedimento, justamente pela ausência de interpretação específica do que pode ou não ser feito. A solução mais condizente prevista seria atuar por meio do Código de Posturas, com a justificativa de infringir ordenamento público municipal e que é previsto no "Art. 117 alínea d" que diz: "proibido transitar nos passeios". O Presidente Antônio Castanheira relata cobranças da população para a Secretaria de Segurança Pública, principalmente no entorno da Avenida Atlântica. Fala também sobre as questões que envolvem o tráfico de drogas, bares e conveniências que tomam parte da calçada com mesas e vendem quantidades significativas de bebidas alcóolicas. Com a palavra Sr. Flávio Jacques fala que irá redigir uma minuta de decreto normatizando o que foi discutido na reunião, para então apresentar aos conselheiros. Sr. Flávio considera importante a iniciativa vir por meio do COMTRAN para que o Executivo tenha o entendimento de que esta demanda é, principalmente, representada pela sociedade civil e não somente pelos órgãos governamentais. Ainda é sugerido paralelamente, trabalhar com placas de sinalização, principalmente na Avenida Atlântica para auxiliar o processo de fiscalização através de conscientização social. O presidente do COMTRAN traz a notícia de que a rede de fibra óptica do município vai estar operando em breve. Ainda relata sobre a importância de obter um espaço para uma central única de monitoramento para a segurança pública da cidade. Encerrado a reunião e nada mais havendo a tratar eu, Arine Texeira, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes.

Arine Texeira
Gabriel Castanheira
João Acosta
João Acosta